

23. SEGURO ACIDENTES PESSOAIS – MEMBROS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

Nos termos do disposto no Estatuto dos Eleitos Locais (Lei nº 29/87 de 30 de junho), os membros de órgãos autárquicos têm direito a um seguro de acidentes pessoais mediante deliberação dos respetivos órgãos, que fixarão o seu valor. Para os membros dos órgãos executivos em regime de permanência, o valor do seguro não pode ser inferior a 50 vezes a respetiva remuneração mensal (181.764,00 € para o Presidente e 145.411,00 € para os Vereadores em regime de permanência a tempo inteiro). Desta forma, o Município de Braga vem celebrando, nos termos a que está obrigado por Lei, seguro de acidentes pessoais para os membros dos seus Órgãos (Câmara Municipal e Assembleia Municipal). Tem sido política deste Executivo, a exemplo do sucedido em outras Autarquias, celebrar tais seguros por valores de responsabilidade acima dos montantes mínimos fixados pela Lei e anteriormente referidos.

Neste contexto, é submetida à apreciação da Câmara, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta em anexo, nos termos do artigo 17.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho.

PROPOSTA

1. Nos termos do disposto no Estatuto dos Eleitos Locais (Lei nº 29/87 de 30 de Junho), os membros de órgãos autárquicos têm direito a um seguro de acidentes pessoais mediante deliberação dos respetivos órgãos, que fixarão o seu valor.
2. Para os membros dos órgãos executivos em regime de permanência, o valor do seguro não pode ser inferior a 50 vezes a respetiva remuneração mensal (**181.764,00 € para o Presidente e 145.411,00 € para os Vereadores em regime de permanência a tempo inteiro**).
3. Desta forma, o Município de Braga vem celebrando, nos termos a que está obrigado por Lei, seguro de acidentes pessoais para os membros dos seus Órgãos (Câmara Municipal e Assembleia Municipal).
4. Tem sido política deste Executivo, a exemplo do sucedido em outras Autarquias, celebrar tais seguros por valores de responsabilidade acima dos montantes mínimos fixados pela Lei e anteriormente referidos.
5. Para o ano de 2022 propõe-se a consideração das seguintes coberturas e valores que, conforme se pode verificar, fixam capitais acima dos mínimos legais:

F. Coberturas / capitais por pessoa segura:

Pessoas Seguras	N.º de Pessoas Seguras	Morte ou Invalidez Permanente	Incapacidade Temporária	Despesas de Tratamento e Repatriamento	Despesas Funeral
Presidente da Câmara	1	250.000,00 €	250,00 €/dia	30.000,00 €	3.000,00 €
Vereadores em regime de permanência a tempo inteiro (inclui Vice Presidente)	6	250.000,00 €	175,00 €/dia	30.000,00 €	3.000,00 €
Vereadores em regime de não permanência	4	250.000,00 €	105,00 €/dia	20.000,00 €	2.500,00 €
Membros da Assembleia Municipal	75	250.000,00 €	105,00€/dia	20.000,00 €	2.500,00 €

Presidente e Vereadores a Tempo Inteiro	
Cobertura Garantida	Capital Seguro
Subsídio Diário por Hospitalização (Acidente):	50,00 €/Dia
Falecimento Simultâneo de Pessoa Segura e Conjuge	15.000,00 €
Busca e Salvamento	1.000,00 €
Readaptação de Habitação e Modificação de Veículo	5.000,00 €
Papraplegia	25.000,00 €
Tetraplegia	50.000,00 €
Bens Pessoais	5.000,00 €
Indemnização a Favor de Terceiro	25.000,00 €
Vereadores em regime de não permanência e membros da Assembleia Municipal	
Subsídio Diário por Hospitalização (Acidente):	25,00 €/Dia
Falecimento Simultâneo de Pessoa Segura e Conjuge	15.000,00 €
Busca e Salvamento	15.000,00 €

Mais se propõe, que a presente proposta seja submetida a deliberação da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 17.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho.

Braga, 10 de dezembro de 2021

O Presidente da Câmara,

